

## **AÇÃO UNIVERSITÁRIA, INCLUSÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA: A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO – NUPESPI**

Nicoleta Mendes de Mattos

UNEB

[nicoletamattos@hotmail.com](mailto:nicoletamattos@hotmail.com)

Silvia Lúcia Lopes Benevides

UNEB

[silvialubenevides@gmail.com](mailto:silvialubenevides@gmail.com)

1

O Núcleo de Pesquisa e Estudos em Educação Especial e Inclusão - NUPESPI, criado em 2004, consiste em um espaço de pesquisa e extensão destinado à promoção de estudos e ações sobre Educação Especial e Inclusão, e tem como objetivos, contribuir para a sensibilização / mobilização da comunidade acadêmica e regional quanto ao processo de inclusão educacional e social dos indivíduos com deficiência e/ou em situação de desvantagem social; desenvolver ações de pesquisa e de extensão voltadas para a reflexão, análise e intervenção em situações sociais e educacionais de pessoas com deficiência e/ou em situação de desvantagem social, tendo como princípio básico o movimento de inclusão. Como público alvo, encontram-se as comunidades acadêmicas do Campus XV e demais IES, profissionais e instituições de Educação e Saúde, comunidade das regiões do Baixo-Sul e Recôncavo do estado da Bahia. Vem desenvolvendo nesses 12 anos atividades de sensibilização, discussão, análise e intervenção em situações sociais e educacionais de pessoas com deficiência e/ou em situação de desvantagem social, tais como pesquisas, promoção de seminários e cursos, assessoria a instituições na região. Como resultado do trabalho, destacam-se: a participação na elaboração de políticas públicas no âmbito da Educação Básica; a inserção de discentes na elaboração e execução das ações de extensão e pesquisa; promoção de seis seminários sobre o tema; um encontro de pesquisa; produção de artigos; aumento significativo do número de pesquisas de monografia e TCC sobre o tema no curso de Pedagogia do Departamento; a procura da comunidade por ações que o núcleo desenvolve; inserção dos membros do grupo no GT de discussão sobre políticas inclusivas da UNEB, instalação de parcerias interinstitucionais e interdepartamentais,

organização e publicação do acervo textual e audiovisual do Núcleo. Como parte da avaliação das ações desenvolvidas e da reestruturação no projeto, novas ações se delineiam, sobretudo, no intuito de promover uma articulação entre formação inicial e continuada e entre a teoria e a prática, numa perspectiva interdisciplinar. Enquanto uma atividade da Universidade, o NUPESPI tem contribuído para uma constante mobilização acadêmica e social, viabilizando uma nova educação que priorize o direito de educação para todos.

**PALAVRAS CHAVE:** Formação acadêmica; Inclusão social e educacional; Ação universitária.

## INTRODUÇÃO

A inclusão educacional representa hoje a grande bandeira da educação brasileira e mundial. Principalmente a partir da última década do século passado, as discussões relacionadas ao projeto de educação oferecido para as populações historicamente excluídas da escola, em particular para as pessoas com deficiência, intensificaram-se, sendo marcadas pela perspectiva não mais monocultural e homogênea e, sim, diversa, plural, provocando mudanças significativas nas formas de orientação e nas próprias concepções que embasam a prática educacional.

Sabemos que historicamente, o trato com essas pessoas foi e ainda é, na maioria das vezes, discriminatório e pouco contribui para a propalada inclusão social. Embora se tenha avançado significativamente na produção científica e no tratamento e acompanhamento de indivíduos com deficiência, ainda temos um longo caminho a percorrer. Ainda hoje, mesmo com toda a discussão e produção a respeito, a diferença é entendida como contrária à normalidade, como uma oposição que deve ser neutralizada, e não como uma outra possibilidade de existência. Entre as pessoas que não se enquadram nos padrões sociais de normalidade e produtividade encontram-se não somente as pessoas com deficiência, mas os negros, os índios, os homossexuais, os pobres, as mulheres, os idosos. Como afirma Amaral (1998) organizamos as práticas sociais a partir do padrão de normalidade dominante construído em torno de um único referencial, qual seja: indivíduo branco, do sexo masculino, bonito, saudável, rico e com uma inteligência lógico-matemática e verbal desenvolvidas.

Vivemos numa sociedade onde os direitos humanos básicos são rotineiramente negados a segmentos expressivos da população mundial, nos quais se encontram muitos

dos mais de 600 milhões de crianças, mulheres e homens com deficiência (Carvalho, 2000), sem informação, sem recursos financeiros e sem apoio dos poderes públicos, que vivem num contexto no qual a sobrevivência é a principal luta cotidiana, o que torna difícil acolher a diferença e a deficiência. Torna-se mais fácil mantê-los à parte do convívio social. De acordo com Osório (2005, p. 23):

Em função das complexidades e das diferentes dimensões que envolvem distintas leituras e suas operatividades, a inclusão configura-se no interior de processos contraditórios e, por isso, conflitantes, que só podem ser compreendidos no contraponto desse discurso, pela forma mais marginal da organização humana, as sociedades restritivas, explicitadas e compreendidas de uma forma mais apurada e transparente, em suas manifestações culturais, com suas respectivas significações e conseqüentes determinações [...]

Sasaki (1998) observa que as principais resistências existentes, tanto no âmbito escolar como em outros setores, têm como origem o desconhecimento ou informações equivocadas a respeito do paradigma da inclusão. A maioria das pessoas se mantém a margem das novas compreensões, amparadas por uma mentalidade excludente que, desconhecendo o que seja de fato a diferença, naturaliza-a. São pessoas comuns, que tratam as pessoas com deficiência pela lógica da falta e incompletude, como seres sem sentimentos e capacidades, como dignos de pena, que só se enquadrarão nas normas sociais se passarem por um processo de normalização, devendo ser afastados e protegidos, educados em instituições à parte.

É bem verdade que essa realidade não é homogênea, pois cada vez mais é possível identificar movimentos sociais que buscam alternativas concretas de inclusão social e educacional desses indivíduos, estabelecendo novos padrões de compreensão da diferença e propiciando a emergência de uma outra atitude, comprometida com a crença de que é a pluralidade não só é possível como necessária. São movimentos que se intensificaram a partir da década de 1990, expressando, por sua vez, concepções de diferença que justificam suas propostas de ação, refletindo as mudanças pelas quais passou a educação no sentido de trazer para a sua agenda a questão da diferença (Cochík, 2012; Mattos, 2014).

Nesse contexto, inserem-se as lutas pela inclusão social e a efetivação do projeto de educação brasileira ancorado na perspectiva da inclusão, que irão refletir também essa ambigüidade e contradição, na medida em que expressam um redimensionamento no trato

com a diferença, traduzindo a defesa pela inclusão e pela não segregação através do histórico da luta e das conquistas de pessoas com deficiência e/ou ligadas ao movimento de inclusão, social e educacional, ao tempo em que trazem em seu bojo o caráter totalitário da sociedade neoliberal, para a qual o discurso da inclusão permite naturalizar as diferenças, não permitindo a reflexão sobre as desigualdades inerentes ao modelo de sociedade vigente. Assim, se por um lado, a defesa por um projeto de inclusão educacional deflagrou a possibilidade de visibilidade das condições das pessoas historicamente excluídas e de reorientação das práticas educacionais, por outro, tornou visível também as contradições presentes na execução deste mesmo projeto, quanto ao acolhimento da diferença (Mattos, 2014).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) concebe a inclusão como um paradigma educacional “[...] fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola” (n.d.). Podemos então afirmar que a inclusão educacional deve contemplar as minorias sociais, que por diversas razões não fizeram parte do contingente de alunos de escolas e salas de aulas regulares, sendo colocadas à margem nos processos educacional e de produção brasileiros, marginalizadas e muitas vezes segregadas (Crochík, 2012).

Porém, após quase 20 anos da instalação de uma política educacional nacional na perspectiva da inclusão, ainda vivemos o desafio de na efetivação desse projeto, uma vez que, em que pese as mudanças realizadas pela escola, subsidiadas pela produção abundante de pesquisas, publicações e propostas em defesa da inclusão educacional, contendo modelos e orientações para a comunidade escolar e a sociedade como um todo, estas mudanças não foram capazes de alterar os impasses presentes na educação brasileira, expressos na dificuldade das políticas públicas colocarem em prática os ideais inclusivos, na falta de condições de acesso e permanência na escola dessas populações, na permanência de atitudes preconceituosas e segregadoras, que traduzem a manutenção de práticas escolares seletivas e excludentes. Segundo Silva (2008 p. 52):

A cada reflexão acerca da escola verdadeiramente inclusiva nos deparamos com um paradoxo: o inegável otimismo com que nos acenam as pesquisas que apontam o crescimento histórico da educação de meninos e meninas com deficiência em ambiente de ensino regular no País, esbarra-

se em questionamentos diversos que nos remetem às barreiras que ainda impedem as escolas de se abrirem, incondicionalmente, às diferenças.

Tal desafio está presente no trabalho docente em escolas regulares que passaram a receber e atender pedagogicamente alunos em situação de inclusão. A materialização das propostas de formação, envolvendo os cursos e os formadores dos futuros docentes, nem sempre atenderam ao que foi proposto, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento educacional de alunos que apresentam especificidades no seu processo de escolarização. É uma realidade que também atravessa a formação docente na perspectiva da inclusão, e que se coloca diante da tarefa de formar professores que atendam às diferenças de aprendizagem de seus alunos, com e sem deficiência, já que as novas demandas implicaram na necessidade de revisão e reorganização da sua formação, com vistas a um redimensionamento da prática pedagógica, requerida para atender a esta nova realidade. A inclusão escolar, especificamente no Brasil, tem sido compreendida pelos órgãos públicos como políticas de ensino, que se traduzem em propostas pedagógicas reduzidas a estratégias e técnicas voltadas para a resolução de problemas cotidianos, fruto de uma política de formação e de apoio que defende o aprofundamento dos conteúdos e a apropriação de competências dos professores, mas que os repassa de maneira aligeirada, sem que haja uma reflexão apropriada sobre o alcance da proposta inclusiva, concorrendo para que não haja articulação entre a teoria e a prática (Glat & Pletsch, 2010; Mattos, 2014).

E qual seria o lugar da universidade na construção das políticas e práticas voltadas para a inclusão educacional? Sabemos que a universidade ocupa um local privilegiado de produção e difusão de conhecimento, formando quadros qualificados para a produção, aplicação e difusão de conhecimentos, e em última análise, formando ideologias. A produção e aplicação do conhecimento estão associadas à inclusão e à exclusão social de diversas maneiras, em vários níveis, refletindo-se nas formações universitárias, e, particularmente, na formação de professores (Mattos & Benevides, 2010). Ao fazermos a crítica ao modelo de formação vigente, precisamos refletir sobre o trabalho desenvolvido nos cursos de formação universitária, que são responsáveis pela qualificação profissional. Faz-se necessária uma maior vinculação entre a educabilidade dos profissionais e seus respectivos campos de atuação e contextos de trabalho, a partir de uma articulação entre universo teórico e a prática. Para além do domínio técnico-

instrumental a universidade precisa estar comprometida com a produção e difusão de conhecimentos que promovam o desenvolvimento humano, regional e sustentável. É nesse contexto que se insere o Núcleo de Pesquisa e Estudo sobre Educação Especial e Inclusão - NUPESPI.

## O NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO – NUPESPI

O NUPESPI foi criado em 2004, pretendendo construir no Departamento de Educação – Campus XV um espaço destinado à pesquisa e extensão sobre a Educação Especial e Inclusão, contribuindo para a mobilização da comunidade acadêmica e em geral quanto ao processo de inclusão educacional e social dos indivíduos com deficiência e/ou em situação de desvantagem social.

São seus objetivos: contribuir para a sensibilização / mobilização da comunidade acadêmica e em geral quanto ao processo de inclusão educacional e social dos indivíduos com deficiência e/ou em situação de desvantagem social; desenvolver ações de pesquisa e de extensão voltadas para a reflexão, análise e intervenção em situações sociais e educacionais de pessoas com deficiência e/ou em situação de desvantagem social, tendo como referência os princípios que regem o Estatuto da Criança e do Adolescente, o movimento de Educação para Todos e o movimento de Inclusão; disponibilizar e fazer circular, através de encontros, apresentações de trabalhos e publicações os resultados das pesquisas e produções teóricas à comunidade; estabelecer parcerias com órgãos públicos e privados, ONGs e instituições educacionais e de saúde para efetivação das ações a serem desenvolvidas. Seu público alvo constitui-se em discentes de Pedagogia e de Direito do DEDC XV, discentes das Instituições de Ensino Superior - IES da região, e todos aqueles (as) que trabalham ou lidam com os sujeitos com necessidades educativas especiais e em situação de inclusão, em particular, professores e integrantes da comunidade escolar, seja ela comum ou especializada, profissionais de Educação e Saúde, comunidade acadêmica do Campus XV e de outras faculdades da região e comunidade da região do Baixo Sul da Bahia.

O projeto foi construído a partir de resultados de pesquisas realizadas pelas coordenadoras (Mattos & Benevides, 1995; Mattos, 2002), nas quais foram detectadas: a falta de uma formação adequada dos professores da rede regular, a falta de informação da

comunidade sobre a questão da inclusão e ausência de ações públicas visando melhoria de qualidade de vida da população alvo das políticas de inclusão educacional. Foi identificada também uma ausência de dados e pesquisas sobre a realidade da educação especial e inclusiva na região do Baixo Sul do estado da Bahia, onde se localiza a cidade de Valença, bem como a necessidade de oferecer subsídios teórico-metodológicos aos alunos de curso de Pedagogia (que conta com uma disciplina específica sobre o tema no currículo) e aos alunos do Curso de Direito do DEDC - Campus XV, aos professores da região que trabalham com alunos com necessidades educativas especiais em escolas regulares, uma vez que a inserção desses alunos na rede regular tornou-se obrigatória por lei.

Inicialmente, enquanto projeto de pesquisa e extensão, o NUPESPI se organizou em função das atividades propostas, organizadas de acordo com suas especificidades, como pode ser visualizado na FIGURA 1 abaixo:

FIGURA 1: Organograma do NUPESPI



O Núcleo é formado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Especial e Inclusão – GEPEES, pela atividade de extensão intitulada Seminário Encontros com a Inclusão, e o programa de rádio Antena XV. O GEEPES constitui-se no espaço responsável pelo grupo de estudo e pela coordenação das pesquisas desenvolvidas sobre a educação especial e a inclusão, contribuindo para a formação profissional dos discentes universitários e para o processo de inclusão das pessoas com deficiências e/ou em situação de desvantagem social no meio social. O Seminário Encontros com a Inclusão é uma atividade de sensibilização, reflexão e circulação de saberes sobre educação especial e

inclusão, que já se encontra na sua 6ª edição. O projeto de extensão Antena XV é um programa de rádio semanal veiculado numa rádio FM da cidade de Valença veiculado no período de 2007 a 2009.

A partir do diagnóstico da realidade social e educacional das pessoas com deficiência e/ou em situação de desvantagem social, o NUPESPI, nesses 12 anos, desenvolveu diversas atividades de sensibilização, pesquisa e intervenção<sup>1</sup>. Dentre essas atividades, podemos destacar:

## 1. Seminários

### 1.1 Seminários Encontros com a Inclusão

1ª edição: 2004 - Em tempos de inclusão, onde eles estão?

2ª edição: 2006 – Os desafios da inclusão educacional

3ª edição: 2008 – Os desafios do mundo do trabalho

4ª edição: 2009 – Currículo e práticas pedagógicas numa educação para todos (O evento obteve apoio financeiro da FAPESB)

5ª edição: jan/2015 – A pesquisa em foco

6ª edição: dez/2015 – Experiências educacionais na perspectiva da inclusão

1.2 I Seminário de Pesquisa do NUPESPI: em tempos de inclusão, onde eles estão? (2010) em parceria com o Departamento de Formação de Professores de Amargosa da Universidade Federal do Recôncavo – UFRB.

1.3 II Seminário sobre Pessoas com Deficiência: “mobilizar para incluir” (2010) em parceria com a Associação das Pessoas com Deficiência e Amigos de Valença- ADAV e a Secretaria Municipal de Promoção Social de Valença – BA.

## 2. Projetos de Extensão

2.1 Cursos de Extensão Educação para todos (2008)

2.2 Grupo de Estudos sobre Educação e Contemporaneidade (2015)

2.3 Inclusão no Cinema (2015)

## 3. Projetos de Pesquisa:

3.1 A produção de trabalhos acadêmicos na área de inclusão no Departamento de Educação do Campus XV.

---

<sup>1</sup> Entre 2011 e 2015, houve uma interrupção de suas atividades por conta do afastamento das coordenadoras para fazerem o Doutorado.



- 3.2 Em tempos de inclusão, onde eles estão? (pesquisa financiada pelo PROFORTE/UNEB) (2009-2010).
- 3.3 Dez-Fiando Memórias: (re)constituição das atividades desenvolvidas nos dez anos do Seminário "Encontros com a Inclusão" com financiamento da UNEB (2016-atual).
4. Programa de rádio Antena XV (2007-2009).
4. Orientação de monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC na área.
5. Participação m bancas de especialização, mestrado e doutorado na área.
6. Dia de mobilização em favor da inclusão, atividade realizada por estudantes do componente curricular Educação Especial (2008).
7. Participação como membro - coordenação da Comissão de Elaboração da Proposta de Inclusão e acessibilidade da UNEB (2009).
8. Participação como membro de Grupo de Trabalho sobre Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na Universidade do Estado da Bahia, promovido pela Pró-Reitoria de ações afirmativas – PROAF / UNEB (2015-2016).
9. Participação como membro da Comissão de Educação Especial do Plano Municipal de Educação – PME - da cidade de Valença – BA publicado em 2016.
10. Palestras em diversas instituições de ensino e trabalho.
11. Participação da coordenação e monitores em eventos, com apresentação de trabalhos.
12. Publicação de artigos.

## ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DO NUPESPI

Enquanto instituição formadora, a universidade se constitui apoiada em três eixos: ensino, pesquisa e extensão. O ensino, conforme Glat e Pletsch (2010) constitui-se como “vocação primária da universidade” (p. 346). É através desse eixo que se dá a formação de recursos humanos. Especificamente sobre a pesquisa e a extensão voltadas para a educação inclusiva, Glat e Pletsch (2004, não pag.) afirmam:

A segunda esfera de atuação da universidade é a produção de conhecimento através da pesquisa. A área da Educação, por tradição, tem privilegiado as chamadas pesquisas aplicadas, cujos resultados podem contribuir diretamente na transformação da realidade. (...)

O terceiro eixo constitutivo da universidade é a extensão, vinculada intimamente ao ensino e à pesquisa, porém, voltada diretamente para a sociedade. Projeta-se como um processo de inserção social consciente da universidade que implica em uma retroalimentação mútua entre a produção

de conhecimento acadêmico e sua disseminação e concretização em práticas sociais. É na dimensão da extensão que se faz a tão necessária relação teoria-prática, que se manifesta em diversas formas: cursos, capacitações, consultorias, projetos aplicados, e inúmeras outras ações desenvolvidas pela universidade em diferentes comunidades, incluindo-se, certamente, projetos referentes à educação.

Para as autoras são o ensino, a pesquisa e a extensão esferas de atuação que devem contribuir para a efetivação da proposta de inclusão educacional em dois níveis de abrangência: na formação inicial e continuada de professores e profissionais que trabalham direta e indiretamente com a escola, seja na graduação, na pós-graduação e em atividades de extensão, e na produção de conhecimento que seja oferecido como subsídio teórico-metodológico a esses profissionais, a partir de pesquisas desenvolvidas no âmbito universitário e em colaboração com instituições que atuam na educação, inclusive validando e divulgando propostas bem sucedidas de experiências educacionais na perspectiva da inclusão. Com proposição integradora entre transmissão de conhecimentos na formação de professores, escola básica e produção de conhecimentos o NUPESPI se interpõe como uma alternativa para a consolidação do tripé ensino-pesquisa-extensão. Para tanto, desenvolve uma série de ações voltadas para a reflexão, análise e intervenção em situações sociais e educacionais de pessoas com deficiência e/ou em situação de desvantagem e vulnerabilidade social, tendo como princípio básico o movimento de inclusão.

Em se tratando dos cursos ofertados pelo nosso *Campus*, Direito e Pedagogia, ressalta-se a importância da atuação de seus futuros profissionais no âmbito da inclusão dos segmentos historicamente excluídos dos direitos humanos fundamentais, cuja formação deve, principalmente no caso do futuro pedagogo, problematizar o grande desafio da educação na atualidade, articulando conceitos como diversidade, diferença, igualdade e justiça social às práticas docentes que serão requeridas (Canen & Xavier, 2011). Acrescenta-se a isso, a função social do Direito na promoção de igualdade e justiça, devendo o bacharel em Direito, conforme Alves (2015) “além de notório saber jurídico, possuir visão crítica e ser profundo conhecedor do contexto social no qual está inserido o Direito, a fim de proporcionar a elaboração e a aplicação das normas jurídicas da forma mais adequada” (não pag.). Nessa direção, o NUPESPI em uma perspectiva interativa, apresenta a temática da inclusão como um eixo metodológico que deve transversalizar os componentes curriculares de ambos os cursos.

O movimento de educação na perspectiva da inclusão implicou em iniciativas governamentais e na organização de políticas públicas da escola, que passam a enfatizar, dentre outros aspectos, a formação dos professores e dos formadores de professores no sentido de atender as atuais demandas e propor estratégias de acompanhamento pedagógico que contemplem as necessidades do aluno que passa a frequentar a escola comum. Pesquisadores do movimento de inclusão educacional são unânimes em afirmar a importância do preparo do professor para o sucesso dessa proposta. Rosana Glat (1998) em seu artigo, “Inclusão total: Mais uma utopia?” considera que “sem uma mudança estrutural no sistema educacional brasileiro, a inclusão dos portadores de deficiências, principalmente os mais prejudicados, por possuírem sequelas físicas e mentais mais graves, nunca será concretizada” (p. 28). Com ponto de vista semelhante, Mantoan, (1998) atenta para a necessidade no desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação na escola, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social e na maneira de se efetivarem os processos de ensino-aprendizagem. Por outro lado, Dorziat (2011, p. 148), ao refletir sobre a formação de professores no contexto da inclusão, destaca a necessidade de se pensar a formação docente sem perder de vista as condições concretas nas quais essa formação é produzida, chamando a atenção para as contradições inerentes aos modelos de política de formação adotados e observando que tais políticas:

São pensadas, por um lado, para garantir a rentabilidade de mão de obra, e, por consequência, a sustentabilidade do modo de produção de uma sociedade; ao mesmo tempo em que são impulsionadas pela luta das forças da sociedade organizada, visando melhores condições de vida e de trabalho. Essas premissas são assimiladas também nas políticas de formação docente, como aspecto nodal das metas reformistas.

O que significa dizer que se faz necessário um investimento efetivo na formação docente e profissional para a implantação de uma educação cada vez mais inclusiva; porém, não devemos perder de vista as origens, intenções e contradições que estão presentes nas políticas docentes, trazendo para a formação a problematização do contexto histórico e social no qual essas políticas se desenvolvem.

Em consonância com o pensamento das autoras citadas, durante todo o período de funcionamento do NUPESPI, procuramos criar, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, espaços de produção de conhecimento que abarcassem essa problematização, dando ênfase à formação em dois níveis: 1. Na formação inicial,

acompanhando o trabalho dos monitores e estabelecendo parcerias com alguns componentes curriculares em atividades dos estudantes; 2. Na formação continuada, através da oferta de cursos, eventos, assessorias pedagógicas e da promoção do Seminário Encontros com a Inclusão. As atividades de formação inicial e formação continuada têm como foco a problematização da diferença, a partir da perspectiva da alteridade, indo além da descrição das deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, como afirmam Silva e Rodrigues (2011, p. 64):

[...] não se trata de formar um professor centrado na discussão dessa temática com base na disfunção, ou nas causas orgânicas da deficiência, mas, sobretudo, essa formação precisa abordar as discussões sobre a diferença, sobre o OUTRO, sobre as diferentes formas de se tornar humano e aprender no mundo.

Com isso, busca-se não cair na armadilha do modelo médico, calcado na disfunção ou na falta, mas, sobretudo, priorizando a discussão e reflexão sobre os pressupostos epistemológicos do conhecimento envolvidos na aprendizagem e no desenvolvimento.

Sobre a formação inicial, destacamos a inserção dos discentes nas atividades do NUPESPI, como monitores de extensão, institucionais ou voluntários, bem como bolsistas de iniciação científica desde o início das atividades do projeto. Na verdade, todas as atividades foram pensadas e executadas tendo como uma das referências à participação e formação do estudante monitor. Significa dizer que entendemos como um dos objetivos de um projeto dessa natureza a inserção do discente na elaboração e execução das ações de extensão e pesquisa, ações indispensáveis na formação do futuro profissional universitário.

Inicialmente contamos com monitores alunos do Curso de Pedagogia; a partir de 2008 o projeto inseriu como monitores estudantes do Curso de Direito, tendo como referência a nossa necessidade de ampliarmos os limites teóricos do projeto para além do viés da educação especial, ou seja, passamos a discutir a inserção educacional numa perspectiva da inclusão social, onde transitam várias saberes e competências que são necessários não somente ao pedagogo, mas a todo o profissional que trabalhe com pessoas com deficiência ou em situação de vulnerabilidade social. Ao todo, trabalharam no projeto 36 discentes como monitores, inclusive de outras IES da cidade. No caso do Departamento de Educação do Campus XV – UNEB, a presença dos alunos do curso de Direito tem se revelado muito enriquecedora, uma vez que estes contribuem com outros

olhares sobre o fenômeno da inclusão, discutem e refletem junto com os alunos do Curso de Pedagogia sobre os benefícios do trabalho interdisciplinar e a possibilidade da construção de saberes ancorados em diversas perspectivas, contribuindo para qualificar não só o trabalho do futuro pedagogo, como o do futuro bacharel em Direito.

Quanto ao programa de rádio Antena XV, durante sua execução (2007-2009), buscou-se criar um espaço pedagógico alternativo que possibilitasse, através do exercício de novas práticas de intervenção, a ampliação da formação profissional dos alunos do Departamento, como um espaço de prestação de serviços para a comunidade acadêmica e da cidade, debatendo sobre os mais diversos assuntos que fossem de cunho educacional, cultural e social, estreitando as relações entre a instituição UNEB e a comunidade, e ao mesmo tempo, mantendo-a informada acerca dos temas acadêmicos que desenvolvidos no Campus XV. A participação dos monitores em todas as etapas do projeto, da produção a execução dos programas e na avaliação dos resultados (em reuniões semanais e ao final de cada semestre) mostrou-se fundamental no processo de construção de novas competências (incluindo-se aí a competência da coordenação, que teve de redimensionar seu papel na divisão de tarefas e de responsabilidades). Ao serem estimulados a cumprir uma programação muitas vezes atravessada por situações inesperadas, os membros da equipe tiveram que lidar com suas limitações e com suas capacidades insuspeitas, que emergiram em diversos momentos do trabalho.

Ainda sobre a formação inicial, destacamos também as parcerias ocorridas com os componentes curriculares: Educação Especial e Educação Inclusiva a exemplo do “Dia de Mobilização em favor da Inclusão”, ocorrido em 2008, que foi organizado totalmente pelos estudantes, com a mediação da professora, se constituindo numa atividade de rua, com produção de material informativo para ser distribuído à comunidade e oferta de serviços, contado com a participação de diversos segmentos da comunidade, a exemplo de IES e secretarias municipais da Saúde e da Educação.

No processo de elaboração, execução e avaliação das práticas do projeto, os estudantes, sejam eles alunos dos componentes curriculares ou monitores, vêm desempenhando suas atividades com bastante empenho, demonstrando protagonismo, comprometimento e responsabilidade, e de certa forma, surpreendendo e se surpreendendo com suas possibilidades, até então não identificadas, de manejo das várias etapas de execução das várias atividades desenvolvidas pelo NUPESPI. Este

(re)dimensionamento do fazer e do posicionar-se, ao nosso ver, constitui-se num dos grandes ganhos, para os formação dos estudantes e para o projeto, que só tem a lucrar com sua presença. Eles são convidados a refletir sobre seu papel no projeto, com as responsabilidades e limites que este lhes impõe. E acima de tudo, são obrigados, em muitas situações, a rever seus posicionamentos sobre os processos educativos, sociais e culturais, sobre educação especial e inclusão, e re-avaliarem o seu (des)conhecimento acerca dos efeitos de suas práticas, desde a sala de aula, numa pesquisa, no manejo das ações de organização e execução de cursos, seminários e até em um programa de rádio.

Sobre a formação continuada, foram realizados cursos de extensão voltados para professores de escolas regulares e especializadas. Além disso, desde a sua fundação, o NUPESPI promove o Seminário Encontros com a Inclusão, evento este que aborda temáticas destinadas ao processo de Inclusão tanto social quanto educacional, constituindo-se como um espaço de sensibilização, de troca de informações e de fomento de reflexões e discussões sobre temas relacionados direta e indiretamente com a inclusão, trazendo professores, mestres, doutores e a própria comunidade para dialogarem sobre paradigmas referentes à Educação Especial e à Inclusão presentes no nosso dia-a-dia. Após cinco edições de natureza regional, em 2015, buscando ampliar as possibilidades de diálogo, realizamos a 6ª edição do Seminário com o tema: experiências educacionais na perspectiva da inclusão juntamente com o I Colóquio Internacional sobre Educação e Diversidade, promovido pelo Grupo de Estudos em Educação Diversidade Cultural e Patrimônio Material e Imaterial do Recôncavo e Baixo Sul da Bahia – RECÔNVESUL, do DEDC XV, relacionando e transversalizando discussões sobre a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, sobre identidades sexuais e de gênero, diversidade cultural, práticas pedagógicas e educação, num diálogo que envolveu pesquisadores e representantes de outros estados brasileiros e de outros países. A troca de experiências e pesquisas entre pesquisadores e público tradicionalmente divididos em campos distintos (educação especial e diversidade cultural) foi riquíssima e em, alguns momentos, inusitada, mas sem dúvida, extremamente enriquecedora.

Atualmente, o NUPESPI está desenvolvendo o projeto de pesquisa “Dez-Fiando Memórias”, com o objetivo de levantar e documentar a memória do Núcleo, contando com um monitor de iniciação científica (IC). Desenvolve também os Projetos de Extensão “Seminário Encontros com a Inclusão”, “Inclusão no Cinema”, em parceria com IES da

cidade e a Secretaria Municipal de Educação de Valença, e o Grupo de Estudos sobre Educação e Contemporaneidade, dispondo de dois monitores voluntários.

Como resultado do trabalho, destacamos um aumento significativo do número de pesquisas de monografia sobre o tema no curso de Pedagogia do Departamento; a participação na elaboração de políticas públicas no âmbito da Educação Básica; a procura da comunidade por ações que o núcleo desenvolve; a inserção de discentes na elaboração e execução das ações de extensão e pesquisa; a inserção dos membros do grupo no GT de discussão sobre políticas inclusivas da Universidade; o estabelecimento de parcerias com instituições educacionais, públicas e privadas, locais e estaduais, instituições de assistência, associações etc.

No curso das experiências e atividades já promovidas nesses doze anos, evidenciou-se, a partir dos resultados das ações e avaliações desenvolvidas, a necessidade da promoção de uma reflexão mais qualificada e aprofundada sobre a problemática da inclusão, através de uma formação mais consistente, com maior vinculação entre a educabilidade dos futuros profissionais da área de educação e do direito e seus respectivos campos de atuação e contextos de trabalho. As novas ações se delineiam, sobretudo, no intuito de promover uma articulação entre formação inicial e continuada e entre a teoria e a prática. Desse modo, definimos como ações: articulação entre o NUPESPI e os professores dos componentes curriculares dos cursos de Pedagogia e Direito que têm a inclusão como temática de estudo, bem como com professores de Estágio Supervisionado e professores da Educação Básica; realização de cursos de pós-graduação na área; adoção de estudos de casos como metodologia do GEPEES, eleitos e identificados nas experiências cotidianas das salas de aula da educação básica do município.

Gadotti (1998) defende que “o conhecimento não é libertador por si mesmo. Ele precisa estar associado a um compromisso político em favor da causa dos excluídos” (p. 30). É nesta perspectiva que o NUPESPI busca colaborar junto com a comunidade, procurando ouvir seus anseios e não resolvendo todos os problemas, mas estando junto na busca de possíveis caminhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que é necessário criar espaços na academia nos quais possam acontecer estudos pertinentes ao tema inclusão. As diferenças, as pluralidades, tudo isso

faz parte da produção de conhecimento, tanto no que diz respeito a atividades acadêmicas ou extra-acadêmicas, que de certa forma assegure uma formação universitária e uma prática profissional e coletiva que trabalhe em prol de uma sociedade para todos.

Para que se possa aceitar uma mudança, é preciso acolher tudo o que ela traz, os avanços e seus impasses. Pensamos que a proposta de inclusão educacional, embora carregue grandes contradições e impasses, deve ser tomada como uma possibilidade de problematizar o modelo de educação ainda vigente. O movimento de inclusão é algo novo, que implica em mudanças de olhar e de lugar, e como tudo o que é novo, traz consigo dúvidas e incertezas, e gera desconforto e angústia em muitas pessoas. Nesse sentido, concordamos com Crochík e Sass (2008, p. 18), quando afirmam:

Os limites atribuídos ao conceito de inclusão, no entanto, não devem implicar no abandono da luta política pela incorporação das minorias às esferas sociais das quais estão excluídas; servem para mostrar que essa sociedade não permite, devido às suas contradições, a emancipação dos indivíduos, e que o conhecimento desses limites auxilia a tendência política que intenta a modificação desta sociedade.

A inclusão educacional precisa ser compreendida como um processo de tentativas, construções e re-construções cotidianas. Se pretendemos avançar na efetivação de uma educação para todos, não podemos prescindir de um estudo e de uma ação mais efetiva.

A Universidade, para cumprir o seu papel social, deve viabilizar o compromisso de atender a comunidade e utilizar seus conhecimentos e atividades acadêmicas a serviço da população e para a formação de cidadãos conscientes, além de oferecer um ensino de qualidade, através de atividades acadêmicas que cumpram a norma constitucional de incluir, de forma indissociável, o ensino, a pesquisa e a extensão. O NUPESPI, ao longo dos seus 12 anos, tem buscado problematizar questões relativas à educação especial e à inclusão social e educacional, através de suas atividades, com o intuito de atingir os integrantes da comunidade acadêmica e de seu entorno, em especial as pessoas menos favorecidas, sobre direitos e deveres quanto ao acesso à educação e aos bens sociais, que se constitui, na verdade, num dos princípios da inclusão.

Enquanto atividade regular de pesquisa e extensão, acreditamos que o núcleo tem efetivamente se constituído em um espaço de formação profissional, e especificamente, de formação docente, a partir da implantação de uma cultura acadêmica voltada para



discussão e desenvolvimento de atividades de intervenção na área da educação especial e da inclusão, contribuindo para a ampliação do debate e, para construção de práticas voltadas, principalmente, para a mobilização social de seu entorno. Busca-se assim com este projeto redimensionar e ampliar a função social da universidade, por novos caminhos que venham consolidar a sua atuação, afirmado a sua importância e a sua obrigação de oferecer os mais variados serviços à sociedade, bem como oferecer aos seus alunos novos espaços de aprendizagem e do fazer profissional.

Nesse sentido, acreditamos que o NUPESPI deve ter como responsabilidade a instituição de um espaço de reflexão e produção não de soluções e receitas prontas, mas de inclusão das dificuldades e dos diversos modos de enfrentamento realizados pela escola, auxiliando os professores e a comunidade na qual está inserida a encontrar seus caminhos, partindo do pressuposto que a escola é um dos espaços de inclusão privilegiado, mas não o único. Deve fomentar a interlocução entre os diversos setores da comunidade, ampliando o leque de informação sobre a inclusão, estimulando e promovendo a sua circulação, participando assim na produção da inclusão educacional e social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, L. M. F. (2015). O papel do jurista na contemporaneidade. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 20, n. 4556, 22, não pag. Recuperado em 12 junho, 2016 de <https://jus.com.br/artigos/34015/o-papel-do-jurista-na-contemporaneidade>.

Amaral, L. A. (1998). Sobre Crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: Aquino, J. G. (org.). *Diferenças e preconceito na escola: Alternativas teóricas e práticas*. 2ª ed., 11-30. São Paulo: Summus.

Brasil, Ministério da Educação e Cultura (2008). *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão*. Brasília: MEC/SEESP, n.d.

Canen, A., & Xavier, G. P. de M. (2011, setembro-dezembro). Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 48, 641-813.

Carvalho, R. E. (2000). *A nova LDB e a Educação Especial*, 2ª edição, Rio de Janeiro: WVA.

Crochík, J. L. (2012). Educação inclusiva e preconceito: desafios para a prática pedagógica. In T. G. Miranda, & T. Galvão Filho (orgs.). *O professor e a educação inclusiva: Formação, prática e lugares* (pp. 111-121). Salvador: EDUFBA.

Crochík, J. L. & Sass, O. (2008). *Projeto temático: Teoria crítica, formação e indivíduo*. Recuperado em 11 junho, 2016 de <http://www.pucsp.br/pos/ehps/pesquisa>.

Dorziat, A. A formação de professores e a Educação Inclusiva: desafios contemporâneos. In K. R. M. Caiado, Jesus, D. M. de & Baptista, C. R. (2011). *Professores e educação especial: Formação em foco* (pp. 147-159). Porto Alegre: Mediação / CDV / FACITEC, v. 2.

Gadotti, M. (1998). As muitas lições de Paulo Freire. In McLaren, P. [et al]. *Paulo Freire - Poder, desejo e memórias da libertação* (pp. 27-35). Porto Alegre: Artmed.

Glat, R. (1998). Inclusão total: mais uma utopia? In *Revista Integração*. Brasília, DF, 26-28.

Glat, R. & Pletsch, M. D. (2004). O papel da universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. In *Nossos Meios RBC*. Instituto Benjamin Constant Web site. não pag. Recuperado em 24 junho, 2009 de [http://www.ibc.gov.br/Nucleus/media/common/Nossos\\_Meios\\_RBC\\_RevDez2004\\_Artigo1.rtf](http://www.ibc.gov.br/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevDez2004_Artigo1.rtf).

Glat, R. & Pletsch, M. D. (2010, setembro-dezembro). O papel da universidade no contexto da política de educação inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. In *Revista Educação Especial*. Sistema de Información Científica Redalyc Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. vol. 23, núm. 38, 345-356. Recuperado em 12 agosto, 2014 de <http://www.redalyc.org/pdf/3131/313127410002.pdf>.

Mattos, N. M. (2002). *Concepções de deficiência e prática pedagógica: Um estudo sobre a inserção do aluno com deficiência em escolas regulares da cidade de Valença – BA*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus.

Mattos, N. M. (2014). *Inclusão e docência: a percepção dos professores sobre o medo e o preconceito no cotidiano escolar*. Tese de Doutorado, Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

Mattos, N. M. & Benevides, S. L. L. (1995). A escolha de um referencial teórico-metodológico no ensino especial e as implicações decorrentes das concepções de

deficiência mental envolvidas nesta escolha: algumas considerações. Trabalho apresentado no XVII Congresso Nacional das APAEs, Salvador – BA.

Mattos, N. M., & Benevides, S. L. L. (2010). *Em tempos de inclusão, onde eles estão? A Realidade social dos indivíduos com deficiência no município de Valença – BA.* (Relatório de Pesquisa/2010) Valença, BA, Departamento de Educação do CAMPUS XV – UNEB.

Osório, A. C. N. (2005). Inclusão escolar: em busca de fundamentos na prática social. In *Ensaio pedagógicos - construindo escolas inclusivas* (pp.21-36). Brasília: MEC, SEESP.

Sassaki, R. K. (2006). *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.* 7ed. Rio de Janeiro: WVA.

Silva, L. C. & Rodrigues, M. M. (2011). Políticas públicas e formação de professores: vozes e vieses na educação inclusiva. In C. Dechichi, L. C. Silva, & J. M. Ferreira (Orgs). *Educação Especial e inclusão educacional: Formação profissional e experiências em diferentes contextos.* Uberlândia, MG: EDUFU.

Silva, M. P. L. A. e, et. al. (2008, janeiro-junho). Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. In *Inclusão: Revista Educação Especial.* Portal do Ministério da Educação Web site. Brasília, v. 4, n. 1, 7-17. Recuperado em 21 novembro, 2015 de <http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>.